



## TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

Empreitada por preço unitário, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e responsabilidade técnica, destinada à execução de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, readequação, revitalização, implantação e complementação de estruturas em praças públicas do Município de Campo Bom – RS.

A execução ocorrerá sob regime de demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço pela Administração Municipal, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo e limites estabelecidos em contrato.

#### *1.1. Classificação do objeto e prazo de vigência*

O objeto desta contratação é caracterizado como serviço de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O Município de Campo Bom possui diversas praças públicas destinadas ao lazer, recreação e convivência da população. Esses espaços demandam manutenção contínua, tendo em vista o desgaste natural decorrente do uso frequente, da exposição às intempéries e da ação do tempo sobre equipamentos e estruturas.

Atualmente, verificam-se necessidades recorrentes de reparos e adequações em brinquedos, mobiliário urbano, cercamentos e pequenas estruturas civis, bem como substituição de elementos deteriorados, de modo a garantir condições adequadas de segurança, funcionalidade e acessibilidade aos usuários.

A ausência de manutenção preventiva e corretiva pode ocasionar riscos à integridade física da população, além de comprometer a durabilidade dos equipamentos e gerar custos futuros mais elevados para sua recomposição integral.



Dessa forma, mostra-se necessária a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção e revitalização das praças públicas municipais, assegurando a preservação do patrimônio público, a continuidade da prestação adequada do serviço à comunidade e o atendimento ao interesse público.

A presente contratação encontra respaldo no planejamento da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos e nas previsões orçamentárias vigentes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, revitalização, adequação e implantação de estruturas em praças públicas municipais, conforme demanda da Administração.

A estratégia escolhida considera o ciclo de vida dos equipamentos e estruturas instalados nas praças, priorizando intervenções preventivas, substituições pontuais de componentes deteriorados e recuperação estrutural antes da perda total do bem. Essa abordagem reduz a necessidade de reconstruções integrais futuras, amplia a vida útil dos equipamentos e minimiza riscos aos usuários.

A solução contempla:

- Avaliação técnica das estruturas existentes;
- Recuperação de elementos de madeira e metálicos, com tratamento adequado contra deterioração;
- Substituição de componentes comprometidos;
- Execução de pequenas adequações civis necessárias à estabilidade e segurança das instalações;
- Fornecimento e instalação de novos brinquedos e mobiliário urbano quando constatada inviabilidade técnica de recuperação.

A opção pela contratação externa fundamenta-se na necessidade de estrutura operacional específica, disponibilidade de equipe técnica habilitada, equipamentos adequados e capacidade de atendimento simultâneo a múltiplas frentes de serviço,



características que não se encontram integralmente disponíveis na estrutura permanente do Município.

Do ponto de vista da vantajosidade, a solução adotada proporciona:

- Maior durabilidade das intervenções;
- Padronização técnica dos serviços;
- Controle técnico e responsabilidade formal pela execução;
- Continuidade do atendimento à população sem interrupções prolongadas.

Assim, a contratação por meio de procedimento licitatório configura-se como a alternativa tecnicamente adequada e economicamente eficiente para garantir a preservação, funcionalidade e segurança das praças públicas municipais ao longo de seu ciclo de vida.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais para a adequada execução dos serviços:

##### 4.1 *Requisitos Administrativos e Fiscais*

- Emitir nota fiscal correspondente aos serviços executados, observando a legislação tributária vigente;
- Comprovar regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual;
- Arcar com todas as despesas indiretas necessárias à execução dos serviços, incluindo transporte, frete, deslocamento de equipes, alimentação, combustíveis, manutenção de equipamentos e demais custos operacionais.

##### 4.2 *Requisitos Técnicos e Operacionais*

- Executar os serviços em conformidade com as Ordens de Serviço emitidas pela Administração e com as especificações técnicas constantes no Memorial Descritivo;
- Empregar profissionais qualificados, mantendo responsável técnico habilitado e ART ativa quando exigido;
- Utilizar equipamentos e ferramentas adequados, em perfeitas condições de uso;



- Providenciar substituição imediata de equipamentos ou profissionais que não apresentem desempenho satisfatório ou que comprometam a qualidade e segurança dos serviços;
- Garantir que todos os trabalhadores estejam regularmente contratados na forma da legislação vigente;
- Apresentar, quando solicitado pela fiscalização, documentação comprobatória de vínculo empregatício, regularidade trabalhista e seguros obrigatórios.

#### **4.3 Segurança do Trabalho**

- Cumprir integralmente as normas de Segurança e Saúde no Trabalho aplicáveis;
- Fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Assumir integral responsabilidade por acidentes ou danos decorrentes da execução dos serviços, sem ônus à Administração.

#### **4.4 Responsabilidade Técnica e Qualidade**

- Executar os serviços com observância das boas práticas de engenharia, garantindo estabilidade, segurança e durabilidade das intervenções;
- Responder por eventuais danos causados a terceiros ou ao patrimônio público durante a execução;
- Adotar medidas para minimizar impactos às áreas adjacentes às praças durante as intervenções.

#### **4.5 Condições Gerais**

- Atender às determinações da fiscalização municipal durante a execução contratual;
- Observar que as especificações constantes no Termo de Referência e anexos constituem requisitos mínimos obrigatórios para formulação da proposta.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

A execução dos serviços ocorrerá sob regime de demanda, mediante emissão prévia de Ordem de Serviço pela Administração Municipal, na qual constarão a descrição dos serviços, os quantitativos autorizados e o prazo para execução.



Os serviços serão medidos com base nas quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela fiscalização, observando-se os valores unitários contratados.

A contratada deverá apresentar nota fiscal correspondente ao período de medição, acompanhada da respectiva planilha detalhada dos serviços executados, devidamente assinada pelo responsável técnico e conferida pela fiscalização do Município.

O pagamento será realizado conforme as medições aprovadas, considerando exclusivamente os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização.

Eventuais serviços não previstos originalmente, mas considerados tecnicamente indispensáveis pela fiscalização para a adequada execução do objeto, somente poderão ser executados mediante prévia autorização formal da Administração, com a devida formalização por termo aditivo, quando aplicável, observada a legislação vigente.

#### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O contrato será executado conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, devendo as partes cumprir integralmente as cláusulas pactuadas, respondendo por eventual inexecução total ou parcial.

##### **6.1 Fiscalização e Acompanhamento**

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) por Portaria, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Compete ao fiscal do contrato:

- Acompanhar a execução dos serviços decorrentes das Ordens de Serviço emitidas;
- Conferir quantitativos executados e atestar medições;
- Registrar ocorrências em relatório próprio;
- Notificar a contratada para correção de irregularidades, fixando prazo para saneamento;
- Informar ao gestor do contrato situações que possam comprometer prazos, qualidade ou regularidade da execução.

##### **6.2 Gestão Contratual**

Compete ao gestor do contrato:



- Coordenar o acompanhamento administrativo do contrato;
- Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- Controlar saldo contratual e vigência;
- Providenciar, quando necessário, termos aditivos, apostilamentos e demais formalizações;
- Adotar as medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual, inclusive instauração de processo para aplicação de sanções.

### ***6.3 Comunicações e Registros***

As comunicações formais entre Administração e contratada ocorrerão por escrito, admitindo-se meio eletrônico com confirmação de recebimento.

Todas as ocorrências relevantes deverão ser registradas no processo administrativo de gestão do contrato.

### ***6.4 Paralisações e Prorrogações***

Eventuais suspensões ou paralisações formalmente determinadas pela Administração implicarão prorrogação do prazo correspondente, mediante registro formal.

Ao término da vigência contratual, será elaborado relatório conclusivo de avaliação da execução, com registro do desempenho da contratada.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

A forma de pagamento adotada pelo Município de Campo Bom será por empenho de despesa, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

A medição dos serviços será realizada conforme o cronograma físico-financeiro aprovado, sendo considerados aptos ao pagamento exclusivamente os serviços efetivamente executados, concluídos e devidamente atestados pela fiscalização do contrato. Somente poderão ser pagos os serviços que estiverem concluídos de acordo com a etapa correspondente prevista no cronograma.

A Contratada deverá apresentar, para fins de pagamento, nota fiscal ou nota fiscal/fatura acompanhada da respectiva planilha de medição detalhada dos serviços



executados no período, bem como das certidões negativas de débitos relativas ao INSS, FGTS, Débitos Trabalhistas, Tributos Federais, Estadual e Municipal.

O documento fiscal deverá ser emitido em nome da Prefeitura Municipal de Campo Bom, contendo obrigatoriamente o número do empenho e do respectivo processo licitatório.

A fiscalização do Município somente atestará a execução da etapa correspondente quando verificado o cumprimento integral das condições pactuadas no Termo de Referência, projeto e proposta apresentada, liberando a nota fiscal para liquidação após a conferência técnica.

Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, no ato da apresentação da medição e da nota fiscal, para posterior verificação da conformidade com as especificações técnicas. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos serviços executados. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos ou corrigidos no prazo máximo de 5 (cinco) dias, às expensas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal, inconsistência na medição ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Município.

No caso de controvérsia quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos serviços executados, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, podendo a Administração autorizar a emissão de nota fiscal referente apenas à parcela incontroversa da execução, para fins de liquidação e pagamento.

O prazo para solução de inconsistências na execução do objeto ou saneamento do documento fiscal não será computado para fins de recebimento definitivo.





O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente da Contratada, devendo esta informar o nome do banco, número da agência e número da conta corrente, bem como registrar tais dados no documento fiscal.

O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa pela Secretaria Municipal da Fazenda. Caso o vencimento recaia em dia sem expediente na Prefeitura, considerar-se-á o primeiro dia útil subsequente.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha orçamentária, serão efetuadas as retenções legais na fonte, conforme legislação vigente. A Contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, devendo apresentar comprovação formal de sua condição para usufruir do tratamento tributário favorecido.

Persistindo irregularidade fiscal, o Município adotará as providências cabíveis junto aos órgãos competentes e poderá instaurar processo administrativo visando à rescisão contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado total da contratação não poderá ultrapassar o valor máximo de R\$ 1.825.941,75 (um milhão, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos).

O referido valor constitui limite máximo aceitável para fins de contratação, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem preço global superior ao estimado, nos termos da Lei nº 14.133.

Os valores foram apurados com base nas composições de custos unitários constantes na planilha orçamentária que integra o presente instrumento, considerando quantitativos estimados para a revitalização e manutenção das praças previstas no objeto.

#### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2704 – 09.002.15.452.0104.2253.4.4.90.51.99.01.01.00 –



11. DA FISCALIZAÇÃO

Secretaria de obras designa a servidora : Jeniffer Pereira – matricula 15802

CAMPO BOM, 13 DE MARÇO DE 2026

JENIFFER WUGNIEL PEREIRA

*ENGENHEIRA CIVIL*

*CREA/RS 258927*

## Assinantes



**Paulo Gomes**

Assinou em 05/05/2026 às 16:44:34 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Paulo Gomes, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**Q8Y**

**RGJ**

**05Z**

**82Z**